



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

ACEITO EM	/	/2025	ATA
APROVADO EM	/	/2025	
REJEITADO EM	/	/2025	
ARQUIVO			

REQUERIMENTO Nº 518/2025

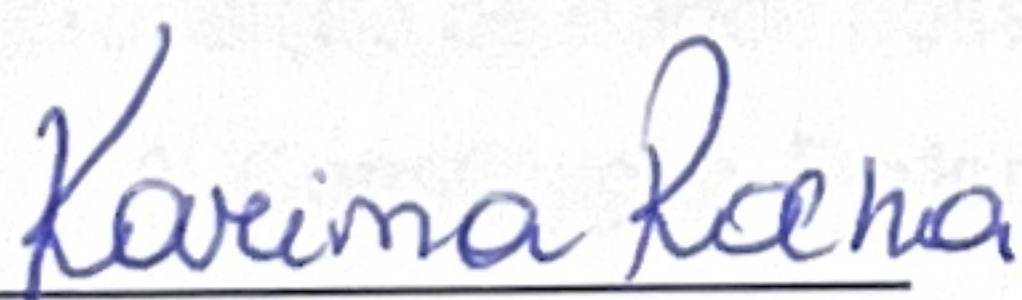
PROTOCOLADO SOB Nº 5405/2025

EM 14/ 07/2025

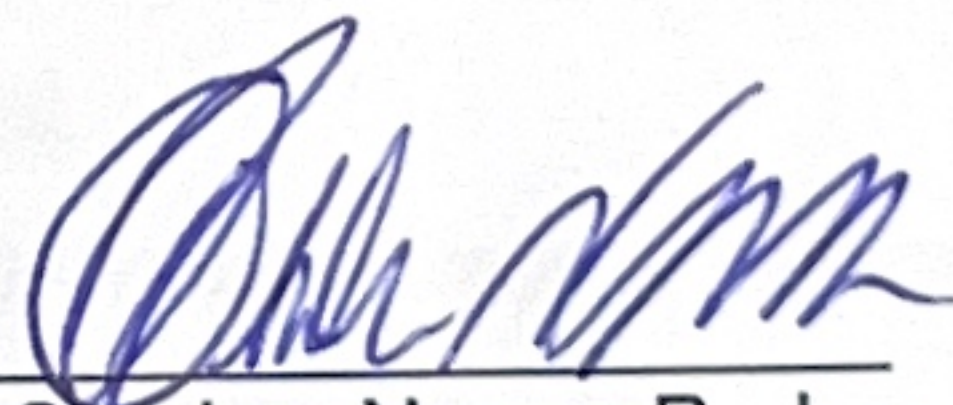
Exmo. Sr. Presidente,

O vereador e a vereadora que abaixo assinam requerem, após ouvida a Casa na forma regimental, que seja realizada Audiência Pública, com a convocação das autoridades competentes, para tratar sobre o tema "Proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital".

Rio Grande, 14 de julho de 2025.



Ver<sup>a</sup>. Karina Rocha  
PT



Ver. Glauber Nunes Pedroso  
PT





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

ACEITO EM	/	/2025	ATA
APROVADO EM	/	/2025	
REJEITADO EM	/	/2025	
ARQUIVO			

REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_/2025

PROTOCOLADO SOB Nº \_\_\_\_\_/2025

EM \_\_/\_\_/2025

**Justificativa:**

A presente Audiência Pública tem por objetivo promover um espaço amplo, plural e qualificado de debate sobre a proteção integral de crianças e adolescentes no ambiente digital, convocando autoridades competentes, especialistas, representantes da sociedade civil e órgãos de defesa dos direitos da infância e adolescência.

Vivemos em uma era em que a internet e as tecnologias digitais estão profundamente integradas à vida cotidiana, inclusive à rotina de crianças e adolescentes. Apesar das inúmeras oportunidades de aprendizado, socialização e entretenimento, o ambiente digital também apresenta riscos significativos, como o cyberbullying, a exposição precoce a conteúdos inadequados, o aliciamento on-line, a superexposição de dados pessoais e a exploração sexual.

A Constituição Federal, em seu artigo 227, determina que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nesse sentido, é urgente que o poder público, em diálogo com a sociedade civil e os órgãos de proteção da infância, debata e proponha ações concretas de prevenção, conscientização, fiscalização e responsabilização, voltadas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes frente aos desafios e ameaças do meio digital.

A realização desta audiência pública busca justamente cumprir esse papel: ouvir, propor, articular e construir caminhos que assegurem a proteção integral da infância e da adolescência também no ambiente virtual, fortalecendo a rede de proteção local e promovendo políticas públicas eficazes.